

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Unidade Regional de Mogi Guaçu – UR.19

Processo : 4310.989.16-5**Interessado:** Prefeitura Municipal de Mogi Mirim**Assunto** : IV Fiscalização Ordenada - Resíduos Sólidos**Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator****Dr. Antonio Roque Citadini,**

Consoante determinação contida no processo TC-A-7361/026/16 e orientação dos DSFs realizamos, no último dia 13 de setembro, a quarta fiscalização ordenada de 2016, desta feita para avaliar a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios do Estado de São Paulo.

A ação padronizada foi realizada com o apoio de aplicativo desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação, para uso nos Tablets, consistente em questionário previamente elaborado.

Assim, juntamos aos presentes autos o relatório da inspeção realizada no município acima referenciado, com as respostas aos quesitos formulados, dentre os quais destacamos os seguintes apontamentos:

- O Município não possui Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos da Lei 12305/2010;
- O Município não possui coleta seletiva nem existem outras iniciativas de recepção como ecopontos, cata-bagulho, etc.;
- Não há programação de coleta não seletiva para efetiva fiscalização da prestação de serviço (dias, rotas, etc.);

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Unidade Regional de Mogi Guaçu – UR.19

- Do lixo coletado não é realizado qualquer tratamento antes do aterramento nem há unidade para triagem e/ou compostagem;
- A Prefeitura não apresentou a licença de operação da CETESB para sua área de transbordo;

Destarte, submetemos os autos à elevada apreciação de Vossa Excelência, para as providências que entender pertinentes, ressaltando que esta matéria será objeto de destaque em item específico no relatório das contas da Prefeitura Municipal acima referenciada.

UR.19, Mogi Guaçu, em 21 de setembro de 2016.

Vanderlei Marçola

Diretor Técnico de Divisão – Respondendo

Unidade Regional de Mogi Guaçu – UR.19